



## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Karine Andrade Fonseca<sup>1</sup>

Andressa Suelen Gonçalves Figueiredo<sup>2</sup>

### Resumo

A educação profissional, científica e tecnológica desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento do país e na transformação social, capacitando e qualificando indivíduos, comunidades e regiões pela perspectiva técnica, política, afetiva, cognitiva, ética e inclusiva. Neste sentido, este artigo verifica e analisa de que forma o IFNMG promove ações responsáveis pela transformação social por meio da oferta de educação profissional, científica e tecnológica. Através de uma pesquisa descritiva, bibliográfica, estudo de caso e análise documental, este estudo observa o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023 para compreender como o delineamento das políticas institucionais relacionam-se com o desenvolvimento local, regional e nacional e por consequência à transformação social de sua área de abrangência. A partir dos resultados, é possível concluir que as políticas do IFNMG estão articuladas com as demandas da sociedade e da oferta de educação profissional, científica e tecnológica, ao passo que a instituição realiza um esforço para direcionar suas ações para o crescimento econômico a fim de melhorar a qualidade de vida da população e a formação de cidadãos conscientes e capacitados, capazes de promover a transformação da sociedade. A limitação da pesquisa não permitiu avaliar os resultados destas ações, sendo esta uma possibilidade de pesquisa complementar e de grande relevância.

**Palavras-Chave:** Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Transformação Social. Institutos Federais.

<sup>1</sup>**Karine Andrade Fonseca;** Mestra em Educação pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisas em Inovação do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais - Vale Inovar; Administradora; Diretora de Desenvolvimento Institucional do IFNMG; [karine.andrade.fonseca@ifnmg.edu.br](mailto:karine.andrade.fonseca@ifnmg.edu.br); <https://orcid.org/0000-0003-1022-3761>; <http://lattes.cnpq.br/1346883744582836>.

<sup>2</sup>**Andressa Suelen Gonçalves Figueiredo;** Graduanda em Letras Português pela Unimontes; [andressa.figueiredo@ifnmg.edu.br](mailto:andressa.figueiredo@ifnmg.edu.br); <http://lattes.cnpq.br/9697414471782960>.

## 1. INTRODUÇÃO

A busca por uma transformação social positiva é um desafio constante no cenário educacional, e instituições de ensino desempenham um papel importante como agentes promotores desse processo. Os Institutos Federais (IFs), integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) se destacam neste contexto, uma vez que sua Lei de criação, a 11.892/2008 prevê como uma de suas finalidades a oferta de educação profissional, científica e tecnológica com foco na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Para Pacheco (2015, p. 12) os Institutos Federais “são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal”. Assim, entendidos como agentes inovadores e de transformação, os IFs com o objetivo de interiorizar e democratizar a educação, estão estrategicamente instalados em mais de 600 municípios em todos os estados do país.

As instituições da Rede Federal nessa configuração, somada ao interesse de solucionar os problemas sociais, através da educação, possui condições de protagonizar um projeto político-pedagógico inovador, progressista e que busque a construção de sujeitos dotados de autonomia no mundo do trabalho capazes de compreender e transformar a sociedade. Pois, segundo Freire (1996, p. 15) “na condição de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”.

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) é uma dessas instituições, que necessita enquanto finalidade principal buscar ativamente meios de promover mudanças sociais por meio da oferta de educação profissional qualificada em quase metade do território do estado de Minas Gerais. Para isso, se faz necessário esta pesquisa, a fim de verificar se o IFNMG promove, através de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, elementos para a promoção da transformação social em sua área de atuação.

Neste sentido surge o seguinte questionamento: De que forma o IFNMG promove ações promotoras de transformação social por meio da oferta de educação profissional, científica e tecnológica? Para isso, este estudo objetiva levantar, descrever e analisar quais são as políticas institucionalizadas pelo IFNMG que possuem o intuito promover a transformação social de sua área de abrangência.

## **2. METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva porque “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1991, p. 46). Através deste método, esta pesquisa descreve as políticas do IFNMG relacionadas a oferta da educação que visam promover transformação social em sua área de abrangência, estabelecendo a relação entre as políticas e as demais variáveis.

A pesquisa é identificada ainda como um estudo de caso, pois segundo Yin (2001, p. 32) se trata de “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”, como é o caso do IFNMG e o seu contexto de atuação.

Caracteriza-se ainda como pesquisa bibliográfica, que ocorreu a partir de levantamento bibliográfico e análise documental de documentos institucionais disponíveis no portal da instituição, sendo o principal, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023, por se tratar de um documento estratégico de planejamento, que reúne todas as políticas norteadoras da instituição.

## **3. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

A educação profissional, científica e tecnológica acompanha o homem desde tempos remotos, por meio da transferência de saberes, da observação e da prática, da tentativa e do erro, pois anteriormente, “a formação de mão de obra ocorria nas

vivências e experiências diárias, sem que ocorressem a organização e a sistematização de práticas formais de ensino” (OLIVEIRA; CAIRES, 2016, p. 26).

Desde os Colégios Jesuítas, oriundos da vinda da Companhia de Jesus para o Brasil em 1549, passando pelo período colonial e pelas diversas transformações da sociedade e alterações de legislações, a educação profissional e tecnológica no Brasil é tratada como um núcleo de formação para o trabalho (MANFREDI, 2002).

Em decorrência de demandas da sociedade, como o avanço da industrialização, seguido pelo período pós extinção legal da escravidão no país, no curto governo de Nilo Peçanha, em 1909, foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), em todas as capitais dos estados e na cidade de Goytazes, no Rio de Janeiro, considerando:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; (BRASIL, 1909).

Assim, a criação das EAAs, pautada na qualificação profissional dos filhos dos menos favorecidos, como instrumento de superação das dificuldades, fundamentou a construção das principais instituições de educação profissional, científica e tecnológica no país, atualmente conhecida como Rede Federal EPCT.

Também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 está presente essa integração da educação profissional com o trabalho, à ciência e à tecnologia, em articulação com o ensino regular e com diferentes estratégias de educação continuada, conduzindo ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (BRASIL, 1996b).

Ainda no esforço de promover transformação social, o primeiro Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), de 1996, instituiu propostas que impactaram em ações de inclusão e valorização de mulheres, indígenas e portadores de deficiência no setor educacional, como observado nas seguintes propostas de ações governamentais:

Definir políticas e programas governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, para implementação das leis que asseguram a igualdade de direitos das mulheres e dos homens em todos os níveis, incluindo saúde, **educação e treinamento profissional**, trabalho, segurança social, propriedade e crédito rural, cultura, política e justiça; Assegurar às sociedades **indígenas uma educação escolar diferenciada**, respeitando o seu universo sócio-cultural; Formular programa de educação para pessoas portadoras de deficiência; Desenvolver ações afirmativas para o **acesso dos negros aos cursos profissionalizantes**, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta; Estimular que os livros didáticos enfatizem a história e as lutas do povo negro na construção do nosso país, eliminando estereótipos e discriminações (BRASIL, 1996a, grifo nosso).

Em consonância, Melo (2015, p. 55) destaca que “os princípios efetivados na década de 1990 para a educação profissional revelam políticas de formação orientadas para o mercado de trabalho, sendo alvo do setor empresarial”.

Em continuidade, logo no início do século XXI, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, à presidência da república, a educação profissional e tecnológica “assume a função estratégica em termos de políticas sociais, sendo promotora da inclusão como garantia da cidadania e para o desenvolvimento do país” (BREZINSKI; AGUILAR FILHO, 2012, p. 225).

A educação profissional e tecnológica como política pública social existe para minimizar as disfunções sociais típicas de uma sociedade capitalista desigual, como a brasileira:

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas e enfrentamento – em geral, setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BOSCHETTI, BEHRING, 2011, p. 51)

Desta forma, a educação profissional, científica e tecnológica, enquanto política pública transformadora, vem desempenhando um papel fundamental na sociedade, capacitando indivíduos e comunidades, independente de raça, cor e sexo para enfrentar os desafios econômicos, sociais, culturais, ambientais e tecnológicos.

Assim, a Rede Federal EPCT, alicerçada na interiorização da educação, formada por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica do Paraná, o Colégio Dom Pedro II e 22 escolas

técnicas vinculadas a Universidades Federais possui papel basilar para promover essa transformação no país (Brasil, 2008).

Neste sentido, os IFs visam promover a educação por meio de um formato inovador e dinâmico, cujas unidades são instaladas, preferencialmente, em periferias de metrópoles e em pequenos municípios do interior do Brasil. As atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas estão articuladas com as potencialidades de geração de emprego do local a fim de incentivar o desenvolvimento regional (DAGMO; MOTA, 2016). Para Pacheco (2011, p. 21) os IFs “revelam-se espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros”.

Para isso, as unidades descentralizadas do IFs, chamadas de *campi*, são dotadas de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, pedagógica e curricular, sendo responsáveis por oferecer cursos de formação inicial e continuada, técnicos integrados, concomitantes, subsequentes, tecnológicos, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, presenciais e a distância e sempre em sintonia com os arranjos produtivos, sociais e culturais (PACHECO, 2011).

Ao fornecer treinamento prático e especializado, essa oferta educacional prepara os estudantes não apenas para ingressar no mercado de trabalho, mas também contribui significativamente para a redução da desigualdade social, tornando-se acessível a um grupo diversificado de pessoas e promovendo oportunidades de ascensão social e econômica.

Além disso, os IFs desempenham um papel crucial no desenvolvimento regional e comunitário, atraindo investimentos e empregos para áreas que necessitam de crescimento econômico. Essas instituições também incentivam o empreendedorismo e a inovação, preparando os estudantes para identificar oportunidades de negócios e desenvolver soluções criativas para os desafios contemporâneos.

O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil. Tal desafio legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente

vigoroso na construção e no resgate da cidadania e da transformação social. (PACHECO, p. 20, 2011).

Por fim, a educação profissional, científica e tecnológica não é restrita aos jovens, pois oferece oportunidades de educação ao longo da vida, permitindo que as pessoas atualizem suas habilidades e se adaptem às mudanças nos arranjos produtivos e na sociedade. Portanto, investir nessa modalidade educacional é essencial para impulsionar a transformação social, contribuindo para o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida como um todo da sociedade.

#### **4. PERFIL INSTITUCIONAL DO IFNMG**

O IFNMG, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação – MEC, criado em 2008, pela Lei nº 11.892, através da integração entre a Escola Agrotécnica de Salinas e o Cefet Januária possui como missão formar cidadãos por meio da educação profissional, científica e tecnológica contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico.

O IFNMG oferta ensino, pesquisa, pós-graduação, inovação e extensão nas regiões do Norte e Noroeste de Minas, Vales do Jequitinhonha e Mucuri, atendendo cerca de 172 (cento e setenta e dois) municípios, 585 comunidades quilombolas, 23 comunidades indígenas, que corresponde a 2.842.363 habitantes e quase 40% do território do estado de Minas Gerais (IFNMG, 2023a).

A instituição é composta por 1(uma) unidade administrativa Reitoria, 9 (nove) *campi*, 2 (dois) *campi* avançados, 3 (três) Centros de Referência, localizados estrategicamente nos municípios de Almenara, Arinos, Araçuaí, Buritis, Corinto, Diamantina, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Porteirinha, Salinas e Teófilo Otoni. Além de 33 Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e 108 Polos de oferta própria de educação a distância.

O quadro de pessoal do IFNMG é formado por 665 Docentes, 646 Técnico-Administrativos e 311 terceirizados, que atuam de forma conjunta para atender cerca de 23.831 estudantes matriculados em todos os níveis e modalidades de cursos (PNP, 2023).

A estrutura organizacional da reitoria do IFNMG é composta por um cargo de reitor(a) eleito(a) pela comunidade acadêmica, 5 pró-reitorias (Ensino; Pesquisa, Pós



Graduação, Inovação; Extensão e Cultura, Gestão de Pessoas), 4 diretorias (Desenvolvimento Institucional; Executiva; Gestão de Tecnologia da Informação; Assuntos Estudantis) e 1 departamento (Comunicação) vinculado à reitora (IFNMG, 2023b).

Assim, com sua estrutura multicampi, o IFNMG oferece cursos com currículos abrangentes e diversificados, abordando questões relevantes ao contexto social, político e econômico em diversos campos do conhecimento e tem por finalidade, o crescimento discente, a sua formação para o exercício da cidadania e a sua preparação para o mundo do trabalho.

Dessa maneira, a instituição se firma como *locus* privilegiado para o desenvolvimento de ações tendo em vista a superação dos desafios e, assim, consolidar as políticas que promovem uma formação integral e comprometida com o desenvolvimento por meio de uma educação pública, gratuita e de excelência.

## **5. ANÁLISE DOS DADOS**

Nos Institutos Federais, o pilar das políticas e ações é o tripé indissociável do ensino, pesquisa e extensão institucionalizadas via Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento obrigatório a todas as instituições que ofertam ensino superior do país.

O PDI 2019/2023 do IFNMG prevê como princípio filosófico do ensino ações para a garantia de uma formação cidadã integral, ao propor a oferta da educação para além do aspecto técnico, mas também fundamentado no âmbito político, afetivo, cognitivo, ético, psicomotor e inclusivo, promovendo a “reflexão ‘do que’, ‘para quê’ e ‘como formar’, visando à transformação” como fundamental para cumprimento da sua finalidade alinhada aos seus valores e propósitos (IFNMG, 2022, p. 21).

Além disso, a política de ingresso da instituição, preocupada com o amplo acesso ao ensino, isenta os candidatos de baixa renda ao pagamento da inscrição e utiliza reserva de vagas para àqueles oriundos de escolas públicas e com necessidades especiais, conforme a Lei nº 12.711/2012, através do vestibular tradicional e do Sistema de Seleção Unificada – SISU (IFNMG, 2022).



Assim, as políticas de ensino do IFNMG são direcionadas no sentido de promover a elaboração de currículos que promovam a articulação teoria e prática, pautada nos princípios éticos, científicos e interdisciplinares. Além de estarem em constante revisão e estudos sobre as melhores alternativas para a seleção dos estudantes e oferta da educação profissional, científica e tecnológica.

Nas ações de extensão e cultura, cabe destacar o art. 3º da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece a extensão no ensino superior como uma:

atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a **interação transformadora** entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. grifo nosso).

As diretrizes da extensão do IFNMG se relacionam a: interação dialógica na relação entre a academia e os setores sociais; interdisciplinaridade; interprofissionalidade; interorganizacional; impacto na transformação social estabelecida pela inter-relação da instituição com os outros setores da sociedade voltada aos interesses e necessidades da população e ao aprimoramento das políticas públicas; articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais; e promoção de educação empreendedora (IFNMG, 2022).

Desta forma, a curricularização da extensão, incorporada pelo IFNMG, busca atender a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, impactando na formação discente e na transformação social. Ocorre por meio de Unidades Curriculares de Extensão – UCE, de natureza teórico-prática-reflexiva, epistemológica e didático-pedagógica interdisciplinar e transdisciplinar, desenvolvidas na relação dialógica com grupos comunitários e sociedade em geral (IFNMG, 2022).

Pacheco (2011, p. 89) reforça a importância das atividades de extensão caracterizando-as como “valiosos instrumentos para inserção do egresso no mundo do trabalho e a manutenção de seu vínculo com a instituição, como canal de informações sobre a efetividade das ações institucionais diante do cumprimento de suas finalidades”.

Com o intuito de reforçar a política institucional de acompanhamento dos discentes após saída do IFNMG, a Pró-reitoria de Extensão e Cultura, desde 2018, desenvolve o Projeto Demanda Induzida de Acompanhamento de Egressos, que busca identificar as experiências profissionais dos egressos, investigando sua inserção no mercado de trabalho e o impacto do IFNMG em sua vida pessoal e profissional (IFNMG, 2022).

O referido projeto se configura como uma importante fonte de informação pela perspectiva da avaliação institucional, fundamental para a análise da eficiência e da formação oferecida, cujos resultados contribuem para o planejamento e aperfeiçoamento das metodologias didática, curricular e avaliativas dos projetos pedagógicos dos cursos.

Ainda na seara da extensão e no direcionamento de contribuir com a consolidação do IFNMG como agente de transformação e desenvolvimento, o Projeto Portfólio de Oportunidades surgiu, em 2018, com o objetivo de facilitar a cooperação entre os servidores, estudantes e comunidades rurais e urbanas, promovendo o levantamento das demandas das comunidades caracterizadas como situações-problema e a conexão com os grupos de servidores voluntários responsáveis por desenvolver soluções tecnológicas.

De modo suplementar, a ciência, a inovação e a tecnologia estão destinadas a desempenhar um papel cada vez mais preponderante na sociedade, como estratégico para o crescimento local, regional e nacional, pois o desenvolvimento econômico depende da geração do conhecimento. O desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, sociais e culturais da área de atuação do IFNMG tem sido atrelado à criação e disseminação do conhecimento científico e sua aplicação.

Dentre as ações realizadas de difusão do conhecimento, a iniciação científica contribui para o pensamento crítico, construtivo e independente do estudante ao estimulá-lo a buscar soluções para problemas sociais da sua comunidade.

A transferência de tecnologia, garantindo o direito à propriedade intelectual àqueles capazes de produzi-las como um estímulo para a geração de inovações tecnológicas também se configura como ação de difusão de conhecimento e transformação social, ações essas, capitaneadas pela Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFNMG.

Assim, pautadas nos princípios norteadores de pesquisa, inovação tecnológica e transferência de tecnologia como função estratégica de atendimento

de demandas sociais, do mundo do trabalho, do setor produtivo e a formação de profissionais em estreita relação com os arranjos produtivos, essas ações pretendem contribuir com a transformação social e o desenvolvimento em nível local, regional e nacional.

Considerado pela Rede Federal EPCT, o quarto tripé da educação, a internacionalização do IFNMG possui como responsabilidade social “auxiliar na diminuição da lacuna de desenvolvimento, aumentando a transferência de conhecimentos, especialmente com países menos desenvolvidos, trabalhando para promover a mobilidade estudantil e de servidores” (IFNMG, 2022, p. 40).

Na perspectiva da inclusão, os projetos do IFNMG de assistência ao educando e de ações inclusivas envolvem programas, projetos, cursos e eventos que objetivam a promoção da inclusão e a valorização de grupos historicamente marginalizados. Tais projetos disponibilizam recursos e serviços necessários que orientam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, incluindo os com necessidades específicas. Visam oferecer aos estudantes assistência financeira, alimentar e de moradia, além da eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e educacionais para plena participação dos estudantes no processo de ensino aprendizagem, promotor do crescimento pessoal e profissional.

As ações de inclusão são voltadas para: flexibilização e adequação curricular; apoio pedagógico especializado e colaborativo junto à equipe multidisciplinar (assistente social, psicólogo, equipe médica, nutricionista, tradutores e intérpretes de libras, profissional de atendimento educacional especializado); interculturalismo; a interação entre escola, família e comunidade; igualdade de oportunidades; acessibilidade arquitetônica, comunicacional e metodológica.

O PDI 2019/2023 do IFNMG demonstra ainda que a instituição valoriza e respeita a vida e o meio ambiente, contribuindo para a regeneração e conservação dos ecossistemas; contribuindo com a educação ambiental e com a redução dos impactos ambientais, prezando pela sustentabilidade no uso dos recursos ambientais (água, energia, combustível).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

À medida que a sociedade avança, torna-se essencial promover o debate sobre a função das instituições de ensino como impulsionadora do desenvolvimento e da igualdade, para a construção de um futuro mais equitativo e inclusivo.

Neste estudo foi possível analisar e perceber que a oferta de educação profissional, científica e tecnológica do IFNMG com o intuito de promover transformação social, amparadas no ensino, na pesquisa, na inovação, na extensão, na internacionalização, na inclusão e na sustentabilidade estão institucionalizadas através do documento intitulado Plano de Desenvolvimento Institucional e possuem um claro alinhamento entre si, demonstrando a transversalidade das políticas.

As políticas, desdobradas em projetos, ações e iniciativas estratégicas são desenvolvidas em conjunto pelas unidades acadêmicas do IFNMG, sob a coordenação e acompanhamento da Reitoria, a fim de garantir a entrega de valor público agregado à comunidade da área de abrangência atendida.

Neste sentido, a educação profissional, científica e tecnológica ofertada pelo IFNMG de forma universal não apenas prepara os estudantes para o trabalho, mas também estimula a formação de cidadãos líderes, capazes de enfrentar as diversidades, os desafios econômicos, sociais e tecnológicos em constante evolução.

Por este motivo, este estudo compreende que as políticas previstas no PDI 2019/2023 se tratam de esforços estratégicos do IFNMG para orientar e promover ações de transformação social em sua área de atuação. Em razão da limitação dos objetivos da pesquisa, não foram avaliados e mensurados os resultados e os impactos dessas políticas nos grupos e comunidades atendidas pela instituição, sendo este aspecto uma possibilidade para novos e complementares estudos.

Portanto, diante dos resultados, é factível concluir que através do delineamento de políticas articuladas com as demandas da sociedade da oferta de educação profissional e tecnológica, o IFNMG direciona seus resultados para o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida da população e a formação de cidadãos conscientes e capacitados, capazes de promover então a transformação da sociedade.

## **7. REFERÊNCIAS**

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. vol. 2. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996a**. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1904-13-maio-1996-431671-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 set. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996b**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. Acesso em: 27 set. 2023

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 27 set. 2023.

BREZINSKI, Maria Alice Sens; AGUILAR, Luis Enrique. Efeitos das Políticas Públicas de Educação Profissional e de Avaliação Institucional na Configuração do Instituto Federal de Santa Catarina. In: SCHNEIDER, Maria Clara Kaschny; AGUILAR, Luis Enrique. **Trajetórias de Educação Profissional e Tecnológica**. Vol. I - 1a ed. Florianópolis, 2012. Disponível em: <[http://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/MINTER\\_volume1.pdf/25076849-79d7-9c87-7dab-18d31c18dc43](http://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/MINTER_volume1.pdf/25076849-79d7-9c87-7dab-18d31c18dc43)>. Acesso em: 24 set. 2023.

DAGMO, Renato; MOTA, Luzia. **A importância da Ciência, Tecnologia e Inovação no contexto dos Institutos Federais**: Desenvolvimento Local, sustentabilidade e Emancipação Social. XI Jornada Latina-americanas de estudos sociais da ciência e da tecnologia. Curitiba.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IFNMG. Instituto Federal de Educação do Norte de Minas Gerais. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023**, 2022. Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/pdi?id=30635>>. Acesso em: 22 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação do Norte de Minas Gerais. **Levantamento da Área de abrangência do IFNMG**, 2023a. Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/area-de-abrangencia-do-ifnmg>>. Acesso em 25 set .2023.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação do Norte de Minas Gerais. **Regimento Geral do IFNMG**, 2023b. Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/desenvolvimentoinstitucional>>. Acesso em: 27 set. 2023.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MELO, Ticiane Gonçalves Sousa de. O Pronatec e o Processo de Expansão e Privatização da Educação Profissional no Brasil. 2015. 137 fls. Dissertação de Mestrado. **Instituto Federal do Rio Grande do Norte-IFRN**. Natal-RN. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/892>>. Acesso em: 24 set. 2023.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. CAIRES, Vanessa Guerra. **Educação profissional brasileira: da colônia o PNE 2014-2024**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais: Diretrizes Para uma Educação Profissional e Tecnológica Transformadora**. Brasília, Natal: IFRN, 2015.

PNP. **Plataforma Nilo Peçanha - 2023, ano base 2022**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec. Brasília, DF:. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYW11iwiidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkbkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>>. Acesso em: 01 out. 2023.

YIN, R. K.. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.